

IMPRENSA EM REDE NA AMÉRICA LATINA: A SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA E O GRUPO DE DIÁRIOS AMÉRICA

Juliana Gagliardi¹

Resumo: Este texto aborda a formação de uma rede de comunicação na América Latina via imprensa. Em primeiro lugar, a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), que estabeleceu a conexão supranacional entre os jornalistas do continente. Em seguida, o Grupo de Diários América (GDA) - um consórcio formado em 1991 que, ainda em vigor, reúne atualmente grandes jornais de 11 países da América Latina, entre os quais O Globo é o representante brasileiro. Todos os jornais do GDA integram a SIP. Argumenta-se aqui que a atuação do GDA dá prosseguimento aos objetivos da SIP, embora de forma diferenciada, a partir de um novo contexto histórico e político na América Latina.

Palavras-chave: Sociedade Interamericana de Imprensa, Grupo de Diários América, O Globo.

Abstract: This paper addresses the formation of a communication network in Latin America via the press. First of all, the Inter American Press Association (IAPA), which established a supranational connection among journalists of American continent. Then the America Newspapers Group (in Portuguese, GDA) - a consortium created in 1991 that currently brings together major newspapers from 11 countries in Latin America, including O Globo which is its Brazilian representative. All GDA newspapers also integrate the IAPA. It is argued here that the performance of the GDA continues the IAPA goals, although in a different way, from a new historical and political context in Latin America.

Keywords: Inter American Press Association, Grupo de Diarios America, O Globo.

¹ Mestre em Comunicação e Mediação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda em Comunicação (Mídia, Cultura e Produção de Sentido) na mesma instituição, desenvolve atualmente a pesquisa intitulada *Da bolivarianização ao lulopetismo: a narrativa da imprensa sobre o governo PT no Brasil*, sob financiamento da FAPERJ. E-mail: jugagliardi@gmail.com

Cada um dos nossos diários desempenha um papel chave ao informar e influenciar a opinião pública em seus respectivos mercados. Seus leitores são indivíduos altamente educados, com recursos financeiros e alto poder de decisão.²

A frase acima integra um texto de apresentação do Grupo de Diários América (GDA), que criou uma rede que conecta jornais da América Latina e sobre o qual falaremos adiante. Além de especificar qual é o público-alvo dos jornais que compõem o grupo, ressalta o papel que o consórcio se atribui com relação à opinião pública. Essa não foi a primeira vez que se estabeleceu esse tipo de conexão internacional da imprensa no continente. Pensando a América Latina em uma perspectiva transnacional, este texto é dedicado a órgãos que, do ponto de vista da comunicação, têm propiciado a criação de uma rede no continente americano, mais especificamente, a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e o GDA. Argumenta-se que ambos os grupos dão apoio a um projeto semelhante, que se opõe aos governos de esquerda que emergiram no século XXI com a *left turn* latino-americana, representando dois momentos de atuação política separados no tempo por ela. O primeiro compartilha a questão histórica das disputas inseridas no crescimento da influência norte-americana no sul do continente até se configurar como um símbolo dela. O segundo, que assumiu ao longo do tempo uma função renovada de defesa dessa influência, já naturalizada frente ao choque causado pela emergência ampla de governos de esquerda na região.

Desde a Segunda Guerra, os Estados Unidos acreditaram que a melhor maneira de evitar novos conflitos no mundo seria convertê-lo aos seus valores e ideais e, confiantes disso, deram início a medidas que estimulavam de alguma forma a exportação de suas concepções. Nesse contexto, atuou, na década de 1940, o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, encabeçado por Nelson Rockefeller, que "supervisionou uma ambiciosa campanha de propaganda focada na América Latina, que incluiu numeroso intercâmbio artístico, cultural e acadêmico" (SKIDMORE, 1998, p. 107). Extrapolando esses campos, segundo Blanchard (1986), os jornalistas norte-americanos

² "Quiénes somos" (tradução minha). Portal do Grupo de Diários América. Disponível em: <http://www.gda.com/Quienes_Somos/index.php>. Acesso em 10/1/2015.

facilmente aderiram também a este ideal, adaptando-o aos seus interesses. A partir daí, estruturou-se uma campanha para exportar para o resto do mundo a concepção mais cara ao jornalismo norte-americano – a liberdade de imprensa, então expressa na 1ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos, que estabelece que o Congresso não fará nenhuma lei cerceado a liberdade de imprensa ou de expressão. Assim, especialmente após a Segunda Guerra, com o objetivo de catequisar outros profissionais no mundo ocidental, jornalistas americanos levaram a frente a missão de exportar o ideal de imprensa livre de sua Constituição.

Embora Blanchard (1986) não aborde especificamente o papel da Sociedade Interamericana de Imprensa na difusão dessa missão na América Latina, argumenta-se aqui que essa tem sido uma instituição fundamental para a propagação e a defesa desse modelo de imprensa no sul do continente. Tarefa, em seguida, assumida também, com novos relevos, pelo Grupo de Diários América.

1 A Sociedade Interamericana de Imprensa

A SIP tem suas origens no Primeiro Congresso Pan-americano de Jornalistas realizado em Washington, em 1926, que reuniu profissionais de todas as Américas e no qual se falou sobre a criação de uma organização interamericana e permanente de profissionais da área. No entanto, uma nova reunião só foi realizada em 1942, na Cidade do México, organizada e financiada pelo governo do Distrito Federal mexicano, sob o título de Primeiro Congresso Nacional e Pan-americano de Imprensa. No ano seguinte, a reunião foi realizada em Havana e embora tenha sido tumultuada, quando “discussões políticas irrelevantes deflagraram antagonismos pessoais” (GARDNER, 1967, p. 8), foi produzida a resolução que reorganizou o congresso de fato em uma associação, cujas despesas seriam supridas por cotas pagas pelos membros fundadores e por governos democráticos do continente. A reunião seguinte ocorreu em 1945, em Caracas, sob o título Terceiro Congresso Interamericano de Imprensa. No final deste mesmo ano, os EUA criaram uma ramificação da associação a que chamaram Associação Interamericana de Imprensa dos Estados Unidos. Em seguida, houve o quarto Congresso Pan-americano de Imprensa, ocorrido em 1946, em Bogotá. Nesta última ocasião, foi

aprovada a criação do primeiro comitê permanente da associação, dedicado à liberdade de imprensa no hemisfério. O encontro seguinte foi postergado e só ocorreu em 1949, em Quito e Guayaquil. Mas foi na Sexta Conferência Pan-americana de Imprensa, em 1950, em Nova York, que houve uma reorganização da associação, com a apresentação de uma constituição e passando os encontros a ocorrerem anualmente.

É notável a escassez de trabalhos sobre a SIP. A exceção é o trabalho monográfico de Mary Gardner, publicado em 1967, o qual foi produzido inegavelmente a partir da perspectiva dos EUA.³ A delegação norte-americana ocupa o centro da narrativa da autora sobre as raízes da associação, que permaneceu até o final dos anos 1940 como um organização mais latino-americana, com os encontros produzidos e realizados nos países latinos, embora com a participação dos norte-americanos. O momento-chave eleito por Gardner – a reorganização da associação em 1950 – nada mais parece ser do que o momento em que os EUA assumem a liderança da associação. A autora, então, não só exalta a organização da conferência de 1950 – precedida por “extensiva preparação”, pela primeira vez pensado com um sistema de tradução simultânea – como as mudanças marcadas pelo evento: os membros passaram a ser as publicações, cada uma representada por um delegado com direito a um voto, mas, em especial, o afastamento da associação com relação aos governos, que já não financiariam os encontros ou a própria SIP. Desde as primeiras reuniões esta era uma preocupação presente, posta por Gardner (1967) como uma demanda dos delegados norte-americanos.

Também graças a essa reorganização da associação nos anos 1950, foi possível, segundo a autora, dar “passos em direção a um jornalismo melhor” no continente no que se refere, entre outros aspectos, à ética. Gardner ressalta que práticas antiéticas como subsídios de governos a jornais e suborno a jornalistas, eram comuns por todo o continente, mas seriam mais comuns e mais toleradas na América Latina. Neste ponto, observa-se a naturalização de um discurso moral que põe o outro de antemão em uma posição subordinada. Na visão da autora, a liderança dos

³ Há também o livro de Albino Gómez (1999) que, no entanto, oferece mais uma reunião de depoimentos do que uma análise histórica.

delegados norte-americanos não só profissionaliza os encontros, como moraliza a SIP, em primeiro lugar afastando toda atividade relacionada a ela das mãos dos governos federais. Ao fazer isso, estabelece um parâmetro moral a partir do qual os jornalistas e o jornalismo deveriam se portar ao longo do continente. Funda, portanto, de alguma forma a visão de que o contato com o governo deslegitima e desmoraliza a associação, considerando-se o nível internacional, e a própria atuação dos jornalistas nacionalmente, uma vez que apresenta alianças como um vício que por ser majoritariamente latino-americano, subordina a parte sul do continente à necessidade de um "processo civilizador". Cabe lembrar, contudo, que mesmo os jornalistas norte-americanos, ainda que desde o início de sua missão para exportar o modelo jornalístico dos Estados Unidos, criticassem alianças entre imprensa e governo, em sua própria cruzada não puderam prescindir disso. Conforme Blanchard (1986, p. 2), após a Segunda Guerra os líderes das associações de imprensa do país reconheceram que para que sua campanha de internacionalização obtivesse sucesso, seria necessária uma cooperação ativa com o governo norte-americano, que não foi livre de tensões de ambos os lados, também tradicionalmente adversários. A cooperação foi levada a cabo de forma muito cuidadosa, com a clara expectativa por parte dos agentes da imprensa de que, após ajudar com acordos internacionais que facilitassem a sua entrada, o governo se retirasse do campo. Desde o início, portanto, ficava claro que o seu papel era minuciosamente limitado.

No sentido de desencorajar veementemente qualquer aliança mais profunda entre imprensa e governos, a influência norte-americana adentrou o campo na América Latina. A partir desse parâmetro fundador, a SIP tem atuado, realizando uma assembleia geral anual cuja localização se reveza – uma na América Latina e uma na Ibero-América – e uma reunião de meio de ano. Nesses encontros discute-se a situação da imprensa nos países membros e são produzidos relatórios cujos resultados são muitas vezes repercutidos nos jornais, constituintes da SIP e responsáveis pela legitimação de seu lugar de fala, sua autoridade. Ao longo dos anos, a associação também oferece cursos, palestras, workshops, bolsas de estudo e prêmios de jornalismo, produz publicações e sempre que considera necessário emite comunicados sobre acontecimentos extraordinários.

A maior parte dos relatórios produzidos nas assembleias gerais e desses comunicados são atestados de preocupação ou condenação de atos considerados ameaças à liberdade de imprensa. Esta se tornou a bandeira fundamental da SIP. Assim, afastar o jornalismo do governo e defender a liberdade de imprensa foram objetivos perseguidos pela instituição. Um sintoma disso, em muitos países da América Latina, foi alçar esses governos à posição de inimigos da imprensa livre.

O mais importante aqui é entender a SIP como um órgão fundador desse determinado referencial de jornalismo e da relação entre jornalismo e governos. Reunida desde 1926, embora criada formalmente, em 1946, no espírito da estruturação da Guerra Fria, teve um papel fundamental em etiquetar as democracias e as não-democracias continentais.

Outro ponto a se destacar é que a SIP pode ser vista como a gênese da vontade de um movimento coordenado de alcance internacional na imprensa. Lugar que seria assumido em outro momento pelo Grupo de Diários América. A SIP, antes do GDA, internacionalizou a agenda "da ameaça" ao jornalismo e foi a sua precursora. Atualmente, o GDA é composto por jornais que são, em sua totalidade, membros da SIP, e é uma instituição responsável por continuar reafirmando a legitimidade e o lugar da SIP no interior de uma rede.

A SIP é reconhecida por sua importância fundadora na formação de um grupo de intercâmbio no continente e reúne atualmente cerca de 1.300 publicações. Adquiriu respeito ao internacionalizar e reafirmar a bandeira da liberdade de imprensa. No entanto, com o longo do tempo, passou a ser uma presença tradicional, que tem funcionado como uma caixa de ressonância dos jornais que a compõem. Nas últimas décadas têm produzido especialmente informes e comunicados passivos, funcionando como um mecanismo de pressão. O GDA se difere dela por ter assumido a função de produzir agenda; constitui-se não só num espaço de intercâmbio de alertas. A fundação da SIP ocorreu num contexto maior de definição do lugar da América Latina, assim como a constituição do GDA ocorreu num contexto de redefinição desse lugar.

2 O Grupo de Diários América

Assim como no caso da SIP, praticamente não há trabalhos acadêmicos publicados sobre o Grupo de Diários América. A exceção é o livro de Marcos Santuario (2002), resultado de sua dissertação de mestrado, que, no entanto, não problematiza a história política do grupo, talvez por ter sido escrito em uma fase muito inicial do movimento de virada à esquerda no continente. Em vez disso, o GDA é adotado pelo autor como um estudo de caso para se pensar a globalização da comunicação na América Latina. Ainda que a criação do GDA se justifique num primeiro momento por razões econômicas, não se pode ignorar as mudanças que atingiram o papel do grupo em um contexto social e político novo nos últimos 20 anos.

O GDA foi criado no dia 14 de abril de 1991 (SANTUARIO, 2006), em Miami, reunindo inicialmente cinco jornais latino-americanos: La Nación (Argentina), El Tiempo (Colômbia), El Mercurio (Chile), El Comercio (Equador) e El Comercio (Peru). No início do ano seguinte, uma matéria no jornal colombiano explicava que o consórcio havia sido criado com o objetivo de desenvolver projetos jornalísticos conjuntos para enriquecer o intercâmbio de ideias e informações entre essas nações e oferecer um serviço jornalístico mais completo.⁴ Pouco se sabe sobre a dinâmica profissional interna do grupo. Em matéria de 1994, O Globo dava pistas sobre o funcionamento: a cada dia um coordenador de cada jornal selecionava três informações principais em política, economia e cultura e as transmitia via satélite para um servidor em Miami, em que uma caixa postal permitia o acesso aos outros coordenadores, que escolhiam (textos, mapas, gráficos) o que desejassem reproduzir.⁵ Atualmente o grupo ainda funciona a partir do intercâmbio de conteúdo entre as salas de redação por meio de uma plataforma digital, e produz reportagens especiais em conjunto com um calendário editorial que é revisado a cada seis meses. São organizadas coberturas e entrevistas coletivas e são desenvolvidos seminários e oficinas de capacitação jornalística para as suas redações.⁶ Há uma reunião anual e a direção do grupo é escolhida por rodízio, sendo sempre ocupada pelo diretor de um dos jornais membros.

⁴ "Nace el Grupo de Diarios América", El Tiempo, 29/3/1992. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-78929>>. Acesso em 10/12/2014.

⁵ "A notícia no ano 2000", O Globo, 5/12/1994, p. 3.

⁶ Informações prestados por e-mail (30/7/2012 a 9/8/2012) à autora por Lyng-Hou Ramirez, diretora de conteúdo do GDA desde 2002.

Composto hoje por 11 integrantes – La Nacion (Argentina), O Globo (Brasil), El Mercurio (Chile), El Tiempo (Colômbia), La Nación (Costa Rica), El Comercio (Equador), El Universal (México), El Comercio (Peru), El Nuevo Dia (Porto Rico), El Pais (Uruguai) e El Nacional (Venezuela) –, o grupo se define, em seu portal, como a sociedade dos periódicos “de maior tradição e prestígio da região Sul da América”, “líderes e de máxima credibilidade em onze países da América, unidos por um mesmo espírito e compromisso”.⁷ Enquanto o consórcio requer para si a missão social de criar “uma grande rede de interação e confiança para fazer da América Latina um continente cada dia mais próspero, mais informado e mais humano”, estabelece três objetivos principais: “entregar um serviço ágil e eficaz a anunciantes que desejem publicações em mais de um [desses] países, fortalecer o intercâmbio de conteúdos jornalísticos e editoriais, consolidando o GDA como a melhor fonte de informação sobre a América Latina” e, finalmente, “velar pela liberdade e independência expressas na linha editorial e manter a liderança e a credibilidade entre os leitores”. Em outro momento, o grupo se define como o “instrumento mais importantes para conhecer a atualidade da América Latina”.⁸ O consórcio de jornais justifica sua criação, a partir de razões financeiras – o comércio de espaço simultâneo em vários jornais como proposta atraente para anunciantes que têm a América Latina como alvo. Contudo, ao requerer para si as funções de porta-voz do que seria a América Latina, de ser o reflexo confiável da opinião pública e ao se observar a atuação dos jornais que o compõem nas últimas duas décadas, o GDA abre espaço para que se identifique claramente a existência de um projeto político que define a região e fala por ela.

Em dezembro de 1994, data de divulgação do ingresso do jornal O Globo – que seria recebido formalmente pelo diretório do GDA em março do ano seguinte –, o grupo era formado por mais nove jornais, entre os quais o Zero Hora de Porto Alegre, o que fez com que o Brasil fosse o único país com duas empresas integrantes até 2005, quando o jornal gaúcho deixou o grupo.⁹ Esse quadro foi dinâmico, contou com o ingresso do El Nacional (Venezuela) em 1993, com El Universal (México) em 1999 e assim por diante. O crescimento fez com que o grupo estabelecesse sua sede física em Miami, em 1999.¹⁰

⁷ “Quiénes Somos”. Disponível em: <http://www.gda.com/Quienes_Somos/index.php>. Acesso em: 07/04/2013.

⁸ “Serviços informativos do GDA”. Disponível em: <www.gda.com>. Acesso em 10/6/2012.

A escolha dessa cidade, por si só, é uma questão a se considerar, uma vez que o GDA é composto exclusivamente por veículos latino-americanos. Miami não é apenas um núcleo financeiro internacional, cuja escolha se justificaria por uma questão de “negócios”. Historicamente, a cidade tem recebido imigrantes de vários países latino-americanos (ver HUNTINGTON, 2009), especialmente de cubanos descontentes com o governo Fidel Castro, instalado com a Revolução Cubana de 1959. Esse afluxo de imigrantes latinos fez parte da constituição da cidade, onde se formou um bairro chamado *Little Havana* e onde há veículos de comunicação – nacionais, como o jornal *El Nuevo Herald* ou a emissora *Univisión*, e estrangeiros, como o *Diario Las Américas* – que produzem continuamente conteúdo em espanhol. Nova York, Newark, Miami e Los Angeles têm programações regulares de televisão em espanhol e todo Sudoeste do país, do Texas a Los Angeles, tem uma rede de canais conectados diretamente com a televisão nacional mexicana (SKIDMORE & SMITH, 2005, p. 436-437).

Ao longo das últimas décadas, mais do que um destino de latinos em busca de melhores condições de vida, Miami tem se tornado um ponto de encontro e de referência de setores das direitas latino-americanas descontentes com os rumos políticos tomados por seus países especialmente após o movimento de virada à esquerda. Mais ainda do que isso, além de um ponto de reunião desses setores da sociedade civil em geral, a cidade da Flórida, abriga tanto a SIP, quanto o GDA, instalados a poucos quarteirões de distância um do outro. Alguns jornalistas latino-americanos, envolvidos em tensões diretas com presidentes de esquerda se dirigiram a Miami, como Emilio Palacio, processado pelo presidente Rafael Correa no Equador, e o venezuelano Nelson Bocaranda, que dos EUA produzia conteúdo para um programa de rádio.

Outras evidências comprovam esse lugar de resistência que Miami tem assumido, de capital do grande jornalismo latino-americano de oposição aos governos instalados no sul do continente e de “refúgio” de uma sociedade civil que os recusa. Além de ser a sede física e, portanto, o lugar de fala da SIP e do GDA – as duas grandes instituições do jornalismo no âmbito regional – e o novo lar de jornalistas que entraram em conflito com governos na América Latina, tornou-se também sede de empresas tradicionais. A *Radio*

Caracas Televisión (RCTV) instalou em Miami seu canal internacional após perder a concessão do canal aberto na Venezuela em 2007. De outro lado, há um certo lugar de autoridade, adquirido pelos imigrantes latinos residentes na cidade nos últimos anos. Dois momentos exemplares resultam da divulgação da morte do presidente venezuelano Hugo Chávez, em 2013,¹¹ comemorada por imigrantes venezuelanos em Miami, e o resultado das últimas eleições presidenciais no Brasil, em 2014, em que foram publicadas matérias sobre a votação brasileira nas urnas de Miami¹² ou sobre brasileiros que decidiram migrar para Miami em razão do resultado eleitoral.¹³

⁹ Parece ser este o único caso em que um membro deixou o grupo. Por e-mail (14/1/2014), Francini Ledur, coordenadora do Núcleo RBS de Divulgação, informou-me que a parceria se encerrou porque após algum tempo de operação, pela avaliação do jornal, “os custos de manutenção se tornaram mais altos do que as receitas obtidas, e do ponto de vista editorial, houve muito pouco uso do material produzido pelo GDA em função do enfoque local ou da busca de exclusividade” que, segundo Ledur, “caracteriza os veículos da RBS”.

¹⁰ Foi também instalado, posteriormente, um bureau de imprensa, em Washington, em 2003.

¹¹ “Em Miami, venezuelanos mostram otimismo cauteloso após morte de Chávez”, O Globo, 6/3/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/em-miami-venezuelanos-mostram-otimismo-cauteloso-apos-morte-de-chavez-7755088>>. Acesso em 10/12/2014.

¹² “Eleitores no exterior demonstram preferência a Aécio, com Dilma no Segundo turno”, O Globo, 5/10/2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2014/eleitores-no-externo-demonstram-preferencia-aecio-com-dilma-no-segundo-turno-14152251>>.

Acesso em 5/10/2015. “Brasileiros em Miami votam com a camisa da seleção e bandeira nacional”, Portal G1, 5/10/2014, Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/brasileiros-em-miami-votam-com-camisa-da-selecao-e-bandeira-nacional.html>>. Acesso em 5/1/2015. “Dilma tem vitória mais folgada em Belágua – MA, e Aécio, em Miami”. Portal G1, 26/10/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/dilma-tem-vitoria-mais-folgada-em-belagua-ma-e-aecio-em-miami.html>>. Acesso em 5/1/2015.

¹³ “Após eleição, descontentes da classe alta ‘desistem do Brasil’ rumo a Miami”, Folha de S. Paulo, 9/11/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2014/11/1544882-apos-eleicao-descontentes-da-classe-alta-desistem-do-brasil-rumo-a-miami.shtml>>. Acesso em 9/11/2014.

Para que se possa ter uma visão geral acerca do conteúdo produzido pelo GDA, que contribua para a identificação da redefinição do seu papel com a virada à esquerda na América Latina, o jornal "O Globo" será adotado como exemplo. Através da ferramenta Acervo (para assinantes), no site do jornal, é possível buscar o exato nome do Grupo. Embora isso não permita, num primeiro momento, diferenciar quando são matérias produzidas pelo GDA, sobre o GDA ou que mencionam o grupo, fornece pistas interessantes em escala um pouco maior. Sabe-se que não existem as matérias especificamente sobre o grupo e que, entre as possibilidades, as menções motivadas por matérias produzidas pelo grupo são muito mais frequentes. Tendo essas considerações em mente, entre 1994 e dezembro de 2014,¹⁴ foram publicadas cerca de 780 páginas com menções ao grupo, distribuídas, por décadas, conforme a *Figura 1*.

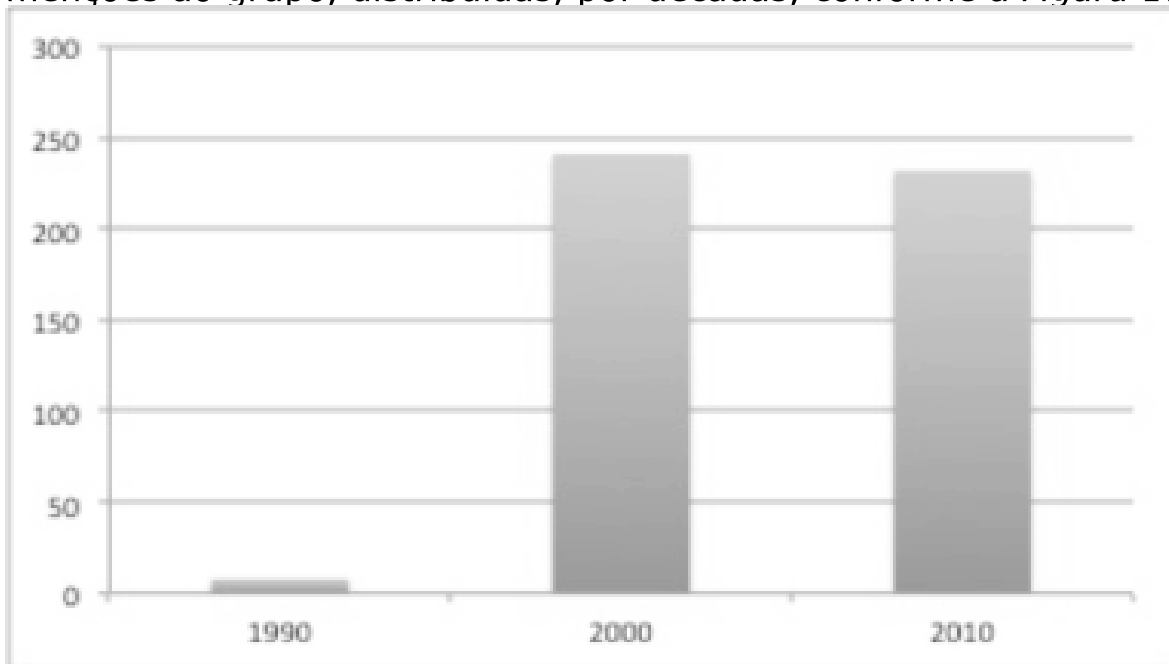


Figura 1: Distribuição de páginas com matérias do Grupo de Diários América por décadas em O Globo.

De acordo com a *Figura 1*, a presença do GDA no jornal cresceu consideravelmente nas duas primeiras décadas de 2000 em relação à de 1990. Entre 1994 e 1999, o foco era economia nas poucas páginas (conforme distribuição indicada na *Figura 2*) apontadas pela ferramenta de acervo d'O Globo.

¹⁴ De dezembro de 1994, quando O Globo ingressou no grupo, até 18 de dezembro de 2014, data limite para a produção deste texto.

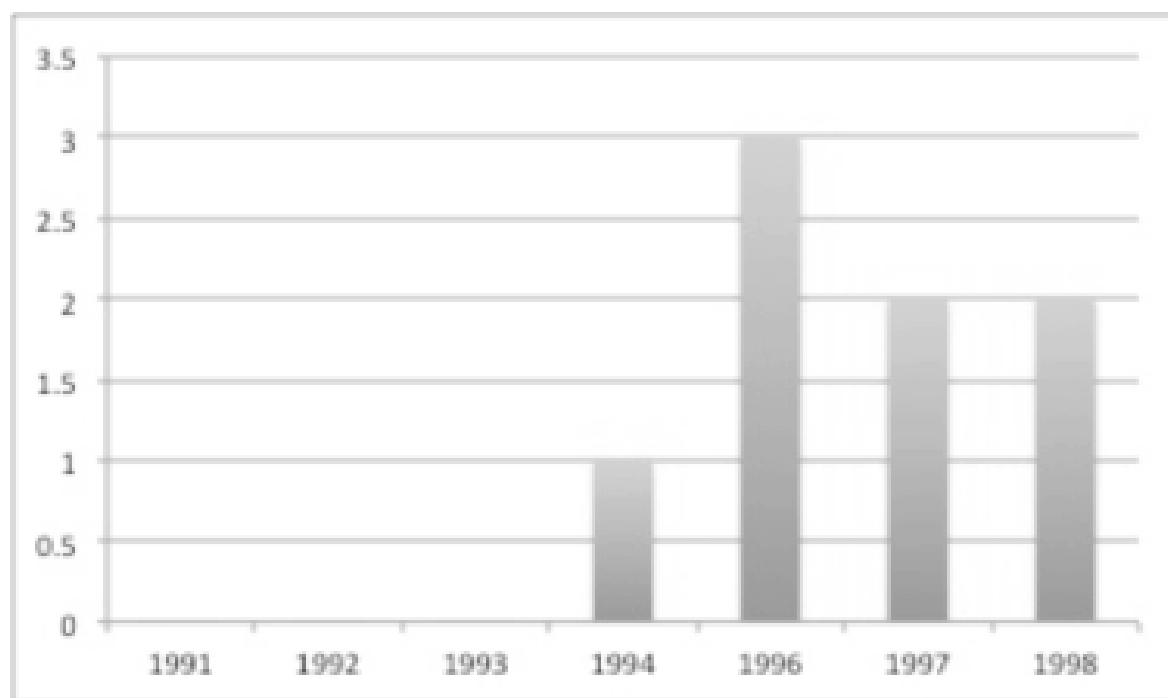


Figura 2: Distribuição de páginas com matérias do Grupo de Diários América na década de 1990 em O Globo.

Na década de 2000, conforme já havia apontado a *Figura 1*, a presença do GDA cresce exponencialmente no jornal e destacadamente a partir de 2005, conforme a *Figura 3*. Neste ano, João Roberto Marinho assume a presidência do GDA, mas não há evidências suficientes para afirmar que sua gestão seja o motivo da mudança.

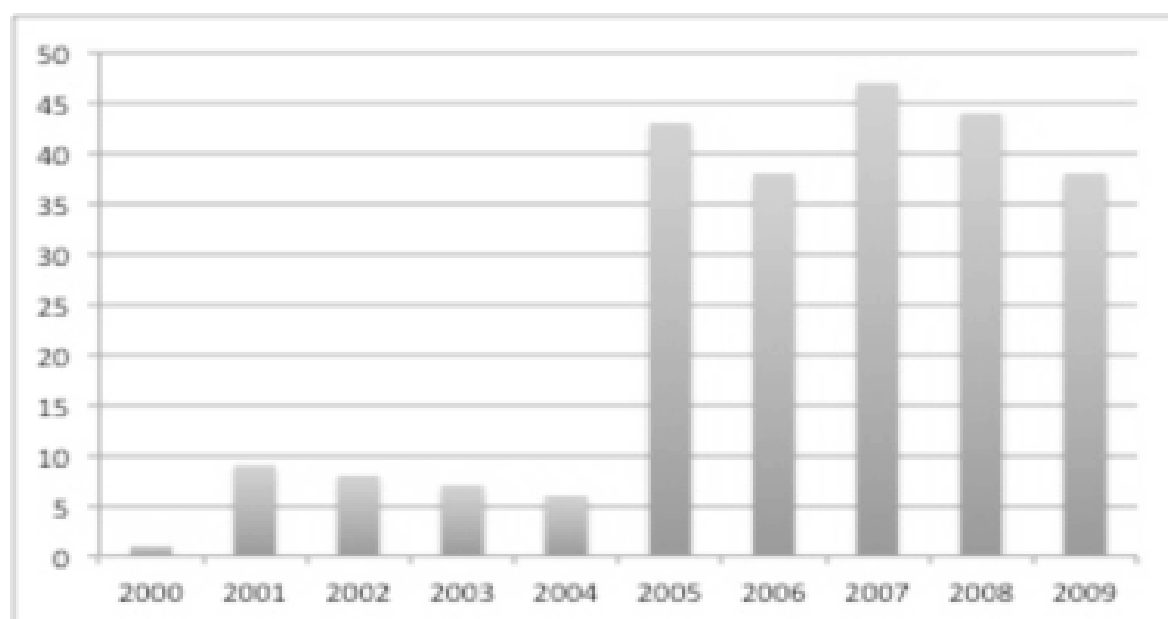


Figura 3: Distribuição de páginas com matérias do Grupo de Diários América na década de 2000 em O Globo.

Também em 2005, deixou de ser publicado o suplemento mensal Pulso Latino-Americano,¹⁵ lançado em dezembro de 2000 pelo GDA e que aparecia em todos os seus onze jornais. Não há informação disponível sobre a razão de sua suspensão. Desde então, o grupo cria produtos especiais sobre vários temas ao longo de cada ano. Desse momento em diante (ver também *Figura 4*), o grupo passa a ter uma presença muito mais efetiva, refletida em sua aparição no jornal.

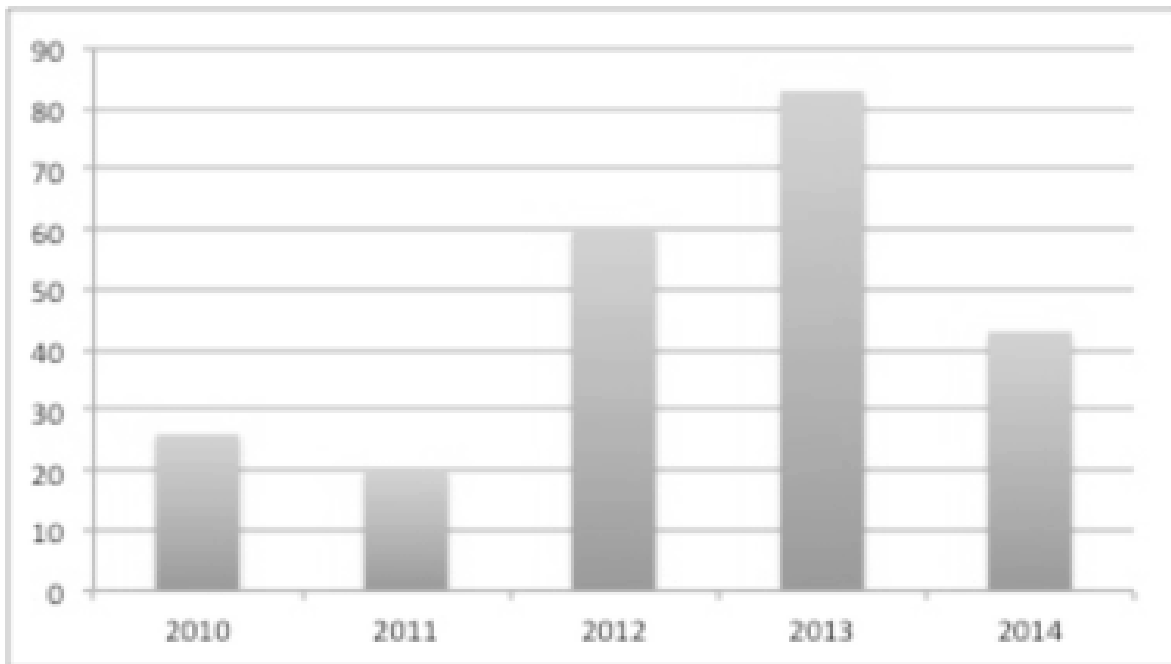


Figura 4: Distribuição de páginas com matérias do Grupo de Diários América na década de 2010 (até 2014) em O Globo.

Na segunda metade da década de 2000, a tensão entre a imprensa e governos da *Left Turn* na América Latina se agravou. Especialmente a partir de 2002, com a crise na Venezuela que levou à deposição do presidente Hugo Chávez por dois dias e que foi chamada por ele de "golpe midiático". Dois anos depois, Chávez aprovou a Lei de Responsabilidade Social de Rádio e Televisão (Lei Resorte) fazendo referência aos acontecimentos de 2002. Recebeu intensa oposição da mídia não só na Venezuela. Em dezembro de 2006, o mesmo presidente anunciou, em discurso de rotina, que não seria renovada a concessão pública da RCTV. Embora pouco depois a emissora tenha continuado a funcionar como um canal a cabo, a reação foi intensa e duradoura.

¹⁵ Antes de se tornar um suplemento, houve uma seção no jornal O Globo, com material crédito ao GDA, já com esse título (Pulso Latinoamericano) em 1996 e 1997.

Em abril do ano seguinte, o ministro venezuelano Willian Lara acusa o GDA de preparar uma conspiração contra o governo da Venezuela.¹⁶ De acordo com suas palavras:

(...) el Grupo de Diarios de América, una organización de Capitalistas del Continente Americano, en la cual convergen medios de comunicación de prensa de Venezuela y de otros países de América Latina y del Caribe ha articulado la publicación de reportajes en medios impresos que van a hacer luego reproducidos en versión de televisión y radio entorno a medias verdades y ha grandes mentiras sobre la realidad venezolana.¹⁷

Em resposta ao pronunciamento do ministro, um jornal do grupo – *El Mercurio* – defendia, em seu editorial, que

[el Grupo de Diarios de América] ha actuado invariablemente en defensa de la libertad de expresión – para citar sólo algunos ejemplos, en abril de 1992, contra la censura en Perú; en noviembre de 1994, respecto de Reforma de México; en junio de 1997, de La Nación de Buenos Aires – y seguirá haciéndolo.¹⁸

¹⁶ “Gobierno de Chávez acusa al GDA de conspirar en su contra”, *El Tiempo*, 24/4/2007. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2007/04/en-una-columna-publicada-por-el-diario.html>>. Acesso em 10/11/2014.

¹⁷ Fala de William Lara, então ministro do Poder Popular para a Comunicação e a Informação da Venezuela, em 21 de abril de 2007. *Ministro William Lara denuncia campaña mediática contra gobierno venezolano*. Disponível em: <<http://www.rnv.gob.ve/index.php/ministro-willian-lara-denuncia-campaa-meditica-contra-gobierno-venezolano>>. Acesso em 17 de dezembro de 2014.

¹⁸ Trecho do editorial do jornal chileno *El Mercurio*, em resposta às afirmações do ministro venezuelano William Lara, reproduzido na coluna *Breves Políticos* do jornal mexicano *El Universal*, em 25 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.eluniversal.com/2007/04/25/pol_art_breves-politicos_263719>. Acesso em 17 de dezembro de 2014.

Ambos os pronunciamentos ocorreram em 2007, nesse mesmo contexto da não renovação da concessão pública à *Radio Caracas Televisión* (RCTV) pelo governo Hugo Chávez, que justificou a medida alegando o papel ativo desempenhado pela emissora na tentativa de golpe de 2002. De um lado, um ministro do governo venezuelano critica, com tom de denúncia, a atuação do GDA, considerando-a como uma estratégia para atingir internacionalmente a imagem do governo Chávez. De outro lado, o próprio GDA justifica o seu papel como o de defensor da liberdade de expressão na América Latina e ratifica essa posição – recusando, portanto, que estivesse fazendo críticas de caráter pessoal, mas, assumindo, por outro lado, uma atuação concertada em defesa do que julga ser a liberdade de expressão no continente. Este aspecto torna o GDA particularmente importante no contexto atual: o fato de propiciar a criação de uma rede em defesa de determinados valores na América Latina, cujo ápice é alcançado concomitantemente ao desenvolvimento da virada à esquerda nas últimas duas décadas.

Dias depois, em maio, mês em que teve fim a concessão do canal, o grupo publicou um grande especial, com material produzido por todos os seus jornais, e cuja primeira matéria se intitulou *Así se extiende el chavismo por latinoamérica*,¹⁹ criticando o presidente, o chavismo e a forma como influencia outros governos de esquerda da região.

As divergências entre a mídia e o governo Chávez são, contudo, mais antigas do que isso. Há indícios consistentes de que apenas após os primeiros anos do governo Chávez a mídia venezuelana passou à oposição ferrenha, substituindo o consenso pelo confronto. Para Jairo Lugo-Ocando e Juan Romero, em meados de 1996, no momento em que Chávez foi capaz de construir seu caminho eleitoral, “El Nacional, Venevisión e, parcialmente, Televén ofereceram a ele o

¹⁹ Publicada em 19 de maio de 2007, a primeira matéria do especial foi intitulada *Así se extiende el chavismo por Latinoamérica* advertia que o material era “una exploración, con pluralidad e independencia de la realidad de nuestro continente. Se trata de un esfuerzo conjunto de los 11 periódicos del Grupo que se publica hoy, simultáneamente, en 11 países”. Disponível no Blog do GDA, acessado a partir da página do grupo: <<http://blog.gda.com/search?updated-min=2007-01-01T00:00:00-05:00&updated-max=2008-01-01T00:00:00-05:00&max-results=4>>. Acesso em 17 de dezembro de 2014.

seu suporte, que se tornou um elemento crucial no seu sucesso eleitoral de 1998”, enquanto El Universal, RCTV e Globovisión deram suporte – também veladamente – ao candidato rival, Henrique Salas Romer (LUGO-OCANDO & ROMERO, 2003, tradução minha). De acordo com os autores, esse posicionamento velado pode ser observado, a partir desse contexto, quando após a eleição de 1998, Carmen Ramia, esposa de Miguel Henrique Otero, um dos proprietários do jornal El Nacional, foi apontada diretora da Oficina Central de Información, que tem o status de um Ministério da Informação. Além dela, Alfred Peña, jornalista e ex-diretor do mesmo periódico, foi nomeado Secretário da Presidência, enquanto, Jose Vicente Rangel, que era ligado à Televén, onde mantinha um programa, foi apontado Ministro de Relaciones Exteriores (LUGO-OCANDO & ROMERO, 2003). Entre as diferentes razões mencionadas pelos autores para o “divórcio” entre esses meios e Chávez, estão a retirada de Carmen Ramia da Oficina e a pressão sobre a mídia motivada pelo confronto do presidente com organizações empresariais centrais, entre as quais a Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio (Fedecâmaras),²⁰ que eram também os principais anunciantes fora do governo.

Outro momento-chave no “divórcio” foi quando, em 1999, Chávez aprovou uma nova constituição que garantia a propriedade e a iniciativa privada, mas reservando para o Estado a atividade petroleira e outras indústrias, serviços e bens de interesse público e caráter estratégico (LANDER, 2007, p. 69). Para Lander, a Carta estava na contramão das tendências neoliberais dominantes em todo o continente naquele momento e “não só reafirmava, mas aprofundava uma ampla gama de direitos sociais, econômicos e culturais”, além de estabelecer “de forma taxativa a obrigação que tem o Estado de garantir o direito universal e gratuito de todos os seus cidadãos à educação, saúde e segurança social” (LANDER, 2007, p. 71, tradução minha). Esse quadro contribuiria, posteriormente, para o conflito com grandes organizações empresariais.

²⁰ Além da Fedecâmaras, Lugo e Romero (2003) citam: Fedenaga [Federacion Nacional de Ganaderos de Venezuela], Consecomercio [Consejo Nacional del Comercio y los Servicios] e Conindustria [Confederación Venezolana de Industriales]. Cabe lembrar que foi o presidente da Fedecâmaras, Pedro Carmona, o empossado na presidência, no lugar de Hugo Chávez, durante a tentativa de golpe de Estado ocorrida no país em 2002.

Em 2002, mesmo antes da tentativa de golpe, pode-se citar o episódio de 7 de janeiro de 2002, quando partidários de Chávez foram para as portas da sede do jornal El Nacional, que integra o GDA – depois de o presidente ter criticado o periódico em seu programa de rádio –, e impediram o acesso de seus funcionários até a intervenção da força policial (CAÑIZALEZ, 2002, p. 16). Mas, a partir dos acontecimentos de abril, Chávez passou a adotar mais profundamente um discurso de confronto direto com a mídia, acusando-a, inclusive, da tentativa de golpe que sofreu – a que o próprio chamou de “golpe de mídia” –, e a política comunicacional assumiu posição estratégica em seu governo (SIMIONI, 2007).

A Venezuela é, portanto, um caso emblemático. Além de ter sido o país onde a *Left Turn* foi inaugurada, com a primeira posse de Chávez em 1999, o chavismo se tornou um parâmetro para falar e avaliar o movimento no resto do continente. Mas, de fato, não foi apenas lá que esse tipo de conflito ocorreu. Na Argentina, já é conhecido o embate entre o Grupo Clarín e a presidente Cristina Kirchner. Como em boa parte dos outros países latino-americanos, a quebra entre governo e mídia na Argentina foi gradativa. O presidente Néstor Kirchner, que antecedeu Cristina no posto, era considerado próximo do Grupo Clarín. Em 2003, antes de alterar a Lei 22.285, que removia o pré-requisito da condição comercial para a candidatura a uma frequência, o presidente aprovou decreto que prolongava incondicionalmente por 10 anos as licenças. Em 2004, quando uma coalizão de rádios comunitárias levantou pontos de discussão sobre a democratização da comunicação, Néstor não levou à frente a discussão. Naquele momento o Grupo Clarín estava com o presidente e dava suporte às políticas de seu governo (MAUERSBERGER, 2012). Em 2008, Cristina, já em seu governo, convidou a coalizão a rerepresentar seus pontos e declarou o seu interesse em uma nova lei de comunicação, chamando ao debate todos os interessados. Em sua gestão, conseqüentemente, teve início um embate mais aberto e radicalizado com a mídia (KITZBERGER, 2009).

Em 2009 foi sancionada a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, conhecida como Lei de Meios, que substituiu a Lei n. 22.285, de radiodifusão, que havia sido promulgada em 1980 pelo general Jorge Videla durante a ditadura militar. Os objetivos declarados da nova lei foram: garantir o direito à informação, limitar a formação de monopólio, fomentar a diversidade e incentivar a produção local. Foi aprovada após intenso debate público, em que houve 24 fóruns de discussão, que contaram com a intervenção de

organizações sociais, associações representativas do setor audiovisual, empresas de comunicação, sindicatos, cooperativas, autoridades e cidadãos interessados no tema, e audiências públicas, organizadas pelo Congresso argentino, nas quais participaram especialistas, intelectuais e personalidades da área, além de todos os blocos parlamentares. Após batalhas judiciais, ao contrário do que pleiteava o Grupo Clarín, a lei foi considerada constitucional pela Suprema Corte da Argentina. Apresentada frequentemente pela mídia como um dispositivo “polêmico” criado para que o governo federal atingisse o Grupo Clarín, a lei foi reconhecida por outros personagens como o reconhecimento de históricas reivindicações de movimentos sociais do país. Frank de La Rue, relator da Organização das Nações Unidas para Liberdade de Opinião e de Expressão, por exemplo, afirmou considerar a lei um modelo para todo o continente. Em 2014, o Clarín apresentou um plano de reestruturação e divisão do grupo para atender às prerrogativas do novo dispositivo.

O Equador é outro exemplo claro dessas conturbadas relações entre o presidente Rafael Correa e os meios, caracterizada por ele como “uma batalha”.²¹ Em 2010, os jornalistas Juan Carlos Calderón e Christian Zurita publicaram um livro, *El gran Hermano*, sobre contratos que teriam supostamente beneficiado o irmão mais velho do presidente, Fabricio. Em decorrência disso, ambos foram processados pelo presidente, que ganhou a causa. Em 2011, o texto de Emilio Palacio intitulado *No a las mentiras*,²² publicado em sua coluna no jornal El Universo, motivou um processo movido pelo presidente contra o colunista e três executivos do jornal. Após vencer a batalha judicial, Correa perdoou os quatro envolvidos. Em 2013 entrou em vigor no Equador a Lei Orgânica de Comunicação após a aprovação parlamentar e a ratificação presidencial.

Mesmo em outros países em que essas tensões são menos intensas, não caracterizando uma ruptura, como no Brasil e no Uruguai, houve declarações diretas. No final do segundo governo de Lula da Silva, em setembro de 2010, o filho da então ministra-chefe, da Casa Civil, Erenice Guerra, foi acusado de tráfico de influência

²¹ NEUMAN, William. “In ‘battle’ with media, a new tactic in Ecuador”, *The New York Times*, 13/3/2013, p. A10(L).

²² No texto, o jornalista acusava Correa de ordenar que o Exército abrisse fogo contra civis durante uma revolta policial em 30 de setembro de 2010.

para beneficiar sua empresa. Em ano eleitoral, o caso se transformou rapidamente em escândalo, e o posicionamento da imprensa foi entendido pelo então presidente Lula como uma investida de oposição ao seu governo e a sua candidata, Dilma Rousseff, que havia deixado a chefia daquele mesmo ministério e desde julho estava em campanha visando às eleições presidenciais. No mesmo mês (16/9), Lula, em cerimônia de inauguração de um trecho ferroviário em Tocantins, fez críticas à mídia, ressaltando, no entanto, que a liberdade de imprensa era "sagrada". Dias depois, afirmou que os jornais deveriam declarar de quem são partidários.²³ Durante a semana que se seguiu, matérias diárias n'O Globo comentaram o caso e cobriram as reações geradas pela fala de Lula. Declarações de tensão como essa, aconteceram em outros momentos durante os governos petistas. Às vésperas da eleição de 2014, a presidente Dilma Rousseff repudiou, em vídeo divulgado por sua assessoria, matéria publicada pela revista *Veja* em que seu nome era, sem a apresentação de provas, vinculado ao esquema de corrupção na Petrobras que era investigado. Ao contrário da Venezuela e do Equador, essa relação conflitante não foi tão exaltada, e nem Lula nem Dilma, sem maioria no Congresso, deram prosseguimento à discussão sobre a regulação da mídia. No Uruguai, onde o clima também é mais brando, o Legislativo aprovou, no final de 2014, a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual proposta pelo governo Pepe Mujica. Alguns dos objetivos da lei são fomentar o conteúdo nacional e evitar a concentração, dificultando, por exemplo, o acesso de conglomerados internacionais. Sobre isso, Mujica, que tem gozado de boa aprovação internacional, afirmou: "A pior ameaça que podemos ter é a vinda de alguém de fora, ou por baixo, ou por cima, e termine se apropriando. Para ser mais claro: eu não quero que o Clarín ou a Globo sejam donos das comunicações no Uruguai".²⁴

²³ Conforme Lula, em fala reproduzida pelo jornal *O Globo*, 19 de setembro de 2010, p.4: "- Não vamos derrotar apenas nossos adversários tucanos. Vamos derrotar alguns jornais e revistas, que se comportam como se fossem um partido político e não têm coragem de dizer que são um partido político, que têm candidato e não têm coragem de dizer que têm candidato, que não são democratas e pensam que são democratas".

²⁴ "Uruguai aprova Lei de Meios e fará reforma do setor de mídia em 2015", Portal Opera Mundi, 25/12/2014. Disponível em: <<http://m.operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/38952-uruguai+aprova+lei+de+meios+e+fara+reforma+do+setor+de+midia+em+2015.shtml>>. Acesso em 7/1/2015.

Depois desses e outros acontecimentos em tantos países latino-americanos, o GDA intensificou a publicação de diversos conteúdos sobre o que considerava ameaças à liberdade de imprensa na região, entre os quais um especial intitulado *Cerco à mídia independente na América Latina*²⁵ em 2009, *Autoritarismo, la nueva mordaza de la prensa latinoamericana* em 2012,²⁶ o especial *Liberdade amordaçada*²⁷ durante uma semana em 2013 e uma série de matérias em fevereiro²⁸ de 2014. Essas matérias forneciam subsídios para os alertas da SIP e vice-versa. Enquanto a SIP assume o papel de instituição de alerta e defesa de uma “classe profissional”, acionando sua tradição, legitimidade e autoridade para tanto; o GDA desempenha a função de definir uma agenda política específica – e ameaçadora – da nova América Latina. Nessa dinâmica, ambos se complementam. O GDA cumpre a função de propiciar um ambiente de interlocução e de ação das grandes empresas midiáticas da América Latina. Espaço esse que tem sido dedicado, especialmente nos últimos 15 anos, a conformar um projeto reativo às novas esquerdas nessa região.

²⁵ “Cerco à mídia independente na América Latina”, O Globo, 29/11/2009, p. 43-44.

²⁶ “Autoritarismo, la nueva mordaza de la prensa latinoamericana”, El Tiempo, 26/3/2012. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2012/11/autoritarismo-la-nueva-mordaza-de-la.html>>. Acesso em 10/11/2014.

²⁷ “Liberdade amordaçada (1) - Na Argentina, atentados contra imprensa”, O Globo, 26/5/2013. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2013/05/liberdade-amordacada-na-argentina.html>>. Acesso em 10/12/2014. “Liberdade amordaçada (2) - Argentina: país sem referência de preços”, O Globo, 27/5/2013. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2013/05/libertade-amordacada-2-argentina-pais.html>>. Acesso em 10/12/2014. “Liberdade amordaçada (3) - Imprensa independente sob ataque na Argentina”, O Globo, 28/5/2013. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2013/05/liberdade-amordacada-3-imprensa.html>>. Acesso em 10/12/2014. “Liberdade amordaçada (4) - Câmbio: pesadelo para os argentinos”, O Globo, 29/5/2013. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2013/05/liberdade-amordacada-4-cambio-pesadelo.html>>. Acesso em 10/12/2014. “Liberdade amordaçada (5) - Governo argentino mira o papel jornal para controlar a imprensa”, O Globo, 30/5/2013. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2013/05/liberdade-amordacada-5-governo.html>>. Acesso em 10/12/2014. “Liberdade amordaçada (6) - Controle da Justiça prejudica informação”, O Globo, 31/5/2013. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2013/05/liberdade-amordacada-6-controle-da.html>>. Acesso em 10/12/2014.

²⁸ “As ameaças à imprensa na América Latina”, O Globo, 8/2/2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/tecnologia/as-ameacas-imprensa-na-america-latina-11550150>>. Acesso em 10/12/2014. “Catalina Botero: “La violencia es

Referências bibliográficas

BLANCHARD, Margaret. *Exporting the first Amendment: the press-government crusade of 1945-1952*. Nova Iorque; Londres: Longman, 1986.

CAÑIZALEZ, Andrés. Meses de conflictividad en el 2002. *Revista Comunicación – Estudios venezolanos de comunicación*, N. 119, 2002, p. 16-20.

GARDNER, Mary A. *The Inter American Press Association: its fight for freedom of the press, 1926-1960*. Austin e Londres: Institute of Latin American Studies, The University of Texas Press, 1967. (Latin American Monographs, n. 6).

HUNTINGTON, Samuel. The hispanic challenge. *Foreign Policy*, 28/10/2009. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2009/10/28/the-hispanic-challenge/>>. Acesso em 17/12/2014.

KITZBERGER, Philip. Las relaciones gobierno-prensa y el giro político en América Latina. *PostData*, N. 14, 2009, p. 157-181.

LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. *OSAL*, Buenos Aires, N. 22, setembro 2007, p. 65-86.

LUGO-OCANDO, Jairo; ROMERO, Juan. From friends to foes: Venezuela's media goes from consensual space to confrontational actor. *Revista Sincronía*, v. 4, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://sincronia.cucsh.udg.mx/lugoromeroinv02.htm>>. Acesso em: 15 de outubro de 2013.

probablemente el riesgo más grave en la región para los periodistas”, *El Mercurio*, 9/2/2014. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2014/02/catalina-botero-la-violencia-es.html>>. Acesso em 10/12/2014. “La prensa venezolana en cuenta regresiva”, *El Nacional*, 9/2/2014. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2014/02/la-prensa-venezolana-en-cuenta-regresiva.html>>. Acesso em 10/12/2014. “Perú: Ahorita no ¿Mañana sí?”, *El Comercio*, 16/2/2014. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2014/02/peru-ahorita-no-manana-si.html>>. Acesso em 10/12/2014. “Argentina: Una década de hostilidad a medios y periodistas”, *La Nación*, 16/2/2014. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2014/02/argentina-una-decada-de-hostilidad.html>>. Acesso em 10/12/2014. “La violencia arrincona a los periodistas en Honduras”, *La Nación*, 16/2/2014. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2014/02/la-violencia-arrincona-los-periodistas.html>>. Acesso em 10/12/2014. “Más controle a los medios independientes en el Ecuador”, *El Comercio*, 16/2/2014. Disponível em: <<http://blog.gda.com/2014/02/mas-controles-los-medios-independientes.html>>. Acesso em 10/12/2014.

MAUERSBERGER, Christof. To be prepared when the time has come: Argentina's new media regulation and the social movement for democratizing broadcasting, *Media, Culture & Society*, v. 34, n. 5, 2012, p. 588-605.

SANTUARIO, Marcos Emílio. *A comunicação globalizada na América Latina: o caso do Grupo de Diários América (GDA)*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2002.

SANTUARIO, Marcos Emílio. Globalização e integração latino-americana na constituição do Grupo de Diários América (GDA). *UNIrevista*, v. 1, n. 3, 2006.

SIMIONI, Mônica. *Comunicação e disputa hegemônica na Venezuela no pós-golpe de abril de 2002*. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. 184 p.

SKIDMORE, Thomas E. Studying the history of Latin America: a case of hemispheric convergence. *Latin American Research Review*, Vol. 33, N. 1, 1998, p. 105-127.

SKIDMORE, Thomas E.; SMITH, Peter H. *Modern Latin America*. 6 ed. New York; Oxford: Oxford University Press, 2005.